

Texto compilado a partir da redação dada pela [Portaria n. 445/2025](#).

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 273 DE 04 DE SETEMBRO DE 2025.

Nomeia os integrantes do Fórum Nacional das Ações Coletivas (Fonacol), instituído pela Resolução CNJ nº 138/2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no processo SEI nº 13724/2023 e o disposto no [art. 1º da Portaria Presidência nº 363/2023](#),

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os integrantes do Fórum Nacional das Ações Coletivas (Fonacol), instituído pela [Resolução CNJ nº 138/2011](#):

I – Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, que atuará como coordenador; ([redação dada pela Portaria n. 445, de 4.12.2025](#))

II – Pedro Henrique Viana Martinez, Diretor de Promoção de Acesso à Justiça da Secretaria de Acesso à Justiça, indicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III – Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça, indicada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV – Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

V – Sandoval Gomes de Oliveira, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

VI – Taís Schilling Ferraz, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

VII – Danilo Pereira Junior, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

VIII – Leonardo Resende Martins, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

IX – Edilson Vitorelli, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região;

X – José Luís Campos Xavier, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;

XI – Francisco Ferreira Jorge Neto, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;

XII – Alexandre Corrêa da Cruz, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

XIII – Marcos Neves Fava, Juiz Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região;

XIV – Nise Pedroso Lins de Sousa, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;

XV – Maria Valquíria Norat Coelho, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região;

XVI – Antonio Umberto de Souza Júnior, Juiz Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região;

XVII – Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;

XVIII – Maria Cesarineide de Souza Lima, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região;

XIX – Daniele Corrêa Santa Catarina, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região;

XX – Paulo Sérgio Pimenta, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

XXI – Gentil Pio de Oliveira, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

XXII – Laerte Neves de Souza, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região;

XXIII – Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região;

XXIV – Marco Aurélio Lustosa Caminha, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;

XXV – Juliano Pedro Girardello, Juiz Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região;

XXVI – César Palumbo Fernandes, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região;

XXVII – Antônio Adonias Aguiar Bastos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

XXVIII – Lílían Maciel, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

XXIX – Giovanni Conti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;

XXX – Glauber Rêgo, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;

XXXI – Sandoval Gomes de Oliveira, Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

XXXII – José Cláudio de Macedo Fernandes, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

XXXIII – Francisco Soares Reis Júnior, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

XXXIV – Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

XXXV – Mônica Vieira, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

XXXVI – William Fabian de Oliveira Ramos, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

XXXVII – Andréa Dantas Ximenes, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba;

XXXVIII – Paulo César de Carvalho, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;

XXXIX – Luís Felipe Canever, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

XL – Esdras Silva Benchimo, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima;

XLI – Janaína Noleto, Advogada da União e Professora da Universidade Federal do Ceará;

XLII – Juliana Braga Gomes, Defensora Pública Estadual;

XLIII – Carolina Henning, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro;

XLIV – Juliana Rodrigues Riscado, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro;

XLV – Luiza Maciel, Subcoordenadora de Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

XLVI – Luiza Sancho, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro;

XLVII – Graziela Argenta Zaneti, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo;

XLVIII – Susana Henriques da Costa, Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo e Professora da Universidade de São Paulo;

XLIX – Rafael Dias Marques, Procurador Regional do Trabalho;

L – Teresa Cristina Bracho Thibau, Professora de Processo Coletivo da Universidade Federal de Minas Gerais;

LI – Thaís Viana, Professora de Processo Coletivo da Faculdade Milton Campos;

LII – Paula Pessoa Pereira, Professora da Universidade de Brasília;

LIII – Thaís Paschoal, Professora da Universidade Estadual Paulista;

LIV – Paula Sarno Braga, Professora da Universidade Federal da Bahia.

Parágrafo único. O servidor Flávio Oliveira Barboza, Assessor-Chefe do gabinete do Conselheiro Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, será responsável por secretariar as atividades do Comitê Executivo Nacional do Fonacol. ([redação dada pela Portaria n. 445, de 4.12.2025](#))

Art. 2º Caberá ao presidente do Comitê Executivo Nacional do Fonacol a elaboração do programa de trabalho, do cronograma de compromissos e do relatório anual de atividades.

Art. 3º Os integrantes do Fórum desempenharão suas atividades em caráter honorífico, sem remuneração e sem prejuízo de suas atividades profissionais regulares.

Parágrafo único. As reuniões do Fórum serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência, a fim de atender aos princípios da economicidade e eficiência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Luís Roberto Barroso**